

Novos parlamentares condenam 15 salários

OS RESULTADOS DA PESQUISA

Deputado/Senador (Eleito em 1994)	O (a) senhor (a) vai estar no Congresso da segunda sessão?	O (a) senhor (a) acha justo o 15º salário dos parlamentares?
Adalberto Lélis (PSB-BA)	sim	não
Agnelo Queiroz (PC do B-DF)	sim	não
Antônio Joaquim (PDT-MT)	sim	não
Antônio Serafim Venzon (PDE-SC)	não	sim
Ayres da Cunha (PSDB-SP)	não	não
Barbosa Neto (PMDB-GO)	sim	não
Celso Russomanno (PSDB-SP)	não	não
Edinho Araújo (PMDB-SP)	sim	sim
Edson Ezequiel de Matos (PDT-RJ)	não	não
Elias Abrahão (PMDB-PR)	não	não
Esther Pillar Grossi (PT-RS)	sim	não
Enrico Miranda (PPR-RJ)	depende	sim
Ezídio Pinheiro (PSDB-RS)	depende	não sabe
Fausto Martelli (PPR-SP)	depende	não
Franco Montoro (PSDB-SP)	sim	não
Gastão Vieira (PMDB-MA)	depende	não respondeu
Fernando Gabeira (PV-RJ)	não	não
Hermes Paçolotto (PMDB-PR)	sim	não
Humberto Costa (PT-PE)	sim	não
Itamar Serpa (PDT-RJ)	depende	não
Jair Meneguelli (PT-SP)	depende	não
João Miguel Feu Rosa (PSDB-ES)	sim	não
João Paulo Cunha (PT-SP)	sim	não
José A. da Silva Ramos (PT-SP)	sim	não
José de Castro Coimbra (PTB-SP)	sim	não
Leonel Pavan (PDT-SC)	sim	não
Luciano Zica (PT-SP)	depende	não
Luiz Bualiz (PF-ES)	depende	não respondeu
Marconi Perillo (PP-GO)	sim	não
Maria da Conceição Tavares (PTRJ)	depende	não
Maria Elvira (PMDB-MG)	não	não
Milton Mendes de Oliveira (PT-SC)	depende	não
Milton Temer (PTRJ)	sim	não
Moreira Franco (PMDB-RJ)	depende	não
Nédson Luiz Micheletti (PT-PR)	sim	não
Nilton Cerqueira (PPR-RJ)	não	não
Noel de Oliveira (PMDB-RJ)	não	não
Paulo César De Velasco (PSD-SP)	sim	não sabe
Paulo Ritzel (PMDB-RS)	sim	não
Pedro Wilson (PT-GO)	sim	não
Procópio Lima Neto (PFL-RJ)	não	não
Remi Trinta (PFL-MA)	sim	não
Ricardo Heráclio (PMN-PE)	não	não
Roberto França Avad (PSDB-MT)	não	não
Roberto Rocha (PMDB-MA)	depende	sim
Roberto Santos (PSDB-BA)	sim	não respondeu
Roque Zimmermann (PT-PR)	sim	não
Salvador Zimbaldi Filho (PSDB-SP)	sim	não
Severiano Alves (PDT-BA)	sim	não respondeu
Telma de Souza (PT-SP)	sim	não
Valdemar Coraui Sobrinho (PL-SP)	sim	não
Vanessa Felipe (PSDB-RJ)	depende	não
Vicente Cascione (PL-SP)	depende	não
Wilson Gasparini (PPR-SP)	sim	não
Wigberto Tartuce (PP-DF)	sim	não
Wolney Queiroz (PDT-PE)	depende	não respondeu
Yeda Crusius (PSDB-RS)	sim	não
sen. Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA)	sim	não
sen. Benedita da Silva (PT-RJ)	depende	não
sen. Carlos Wilson (PSDB-PE)	sim	não
sen. Emília Fernandes (PTB-RS)	depende	não
sen. Jonas Pinheiro (PFL-MT)	sim	não
sen. Lauro Campos (PT-DF)	sim	não
sen. Roberto Freire (PPS-PE)	depende	não
sen. Vilson Kleinubing (PFL-SC)	depende	não
sen. Waldeck Ornelas (PFL-BA)	depende	não respondeu

Enquete realizada pelo "Estado" mostra que 82% dos que tomam posse no dia 1º consideram injusta a medida aprovada na legislatura que se encerra esta semana

Deputados federais e senadores que tomam posse no dia 1º são contrários aos 15 salários por ano para os parlamentares. Levantamento realizado pelo **Estado** nos dias 26 e 27 constatou que 82% dos 66 entrevistados (57 deputados e 9 senadores) consideram injusto o recebimento de duas remunerações adicionais enquanto o restante da população tem direito a 13 salários por ano. "Escândalo", "casuismo" e "absurdo" foram as expressões mais usadas pelos que condenaram a inovação. Apenas quatro se mostraram favoráveis à fórmula salarial aprovada pelo Congresso. Seis não quiseram responder à pergunta e dois afirmaram não saber analisar a questão.

A consulta foi feita de forma aleatória, por meio de entrevistas em 13 Estados com parlamentares que não integraram a legislatura anterior. O novo Congresso contará com 513 deputados e 81 senadores, que tomam posse em 1º de fevereiro. Na Câmara, 287 parla-

mentares são novos. No Senado, houve renovação de dois terços em todos os Estados, o que equivale a 54. Os outros 27 têm mais quatro anos de mandato.

Os que se declararam contrários aos 15 salários anuais usaram argumentos semelhantes para justificar sua posição: a maioria ressaltou que os parlamentares não podem ter tratamento diferenciado. Muitos criticaram o antigo Congresso, sob a alegação de que a adoção dos 15 salários serviu para desgastar ainda mais a imagem do Legislativo. "Isso é uma patifaria", classificou o deputado Roque Zimmermann (PT-PR). "Os sujeitos que votaram a favor desse aumento são ignóbeis e só olham para o próprio umbigo."

O valor dos vencimentos dos parlamentares (R\$ 8 mil), no entanto, divide os eleitos: uns acham que a quantia é adequada para remunerar os representantes da população e outros veem exagero na cifra. Um terceiro grupo considera o vencimento justo, mas ressalva

que esse não era o momento para o reajuste, pois a situação do País é difícil.

A maioria dos entrevistados também garante estar disposta a mudar um velho hábito do Congresso, que só funciona de terça a quinta-feira. Dos 66 consultados, 34 (51,5%) asseguraram que comparecerão ao local de trabalho de segunda a sexta-feira. Outros 20 ressaltaram que sua frequência no Congresso "dependerá do ritmo das votações", e 12 sustentaram que pretendem dedicar a segunda e a sexta-feira aos "contatos com as bases".

Se depender do entusiasmo que os calouros dizem ter para trabalhar, o Congresso não acumulará mais pilhas e pilhas de projetos pendentes de votação. Muitos dos novos parlamentares afirmam que estarão de plantão em Brasília, se necessário, até aos sábados, domingos e feriados. A reforma constitucional, por exemplo, vai reque-

rer mais dias de trabalho", pondera o deputado Gastão Vieira (PMDB-MA). "Suponho que o novo governo vá nos solicitar, pois há muitas demandas represadas", concorda a deputada Telma de Souza (PT-SP).

Há parlamentares, porém, que sugerem alternativas para conciliar a vida política nos Estados com o trabalho no Legislativo. O deputado Celso Russomanno (PSDB-SP) propõe que o parlamentar "fique vinte dias seguidos em Brasília e outros dez nos Estados, até como forma de economizar passagem aérea". Já a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) tem uma proposta ainda mais polêmica. Ela

admite debater a possibilidade de os parlamentares fazerem um esforço concentrado durante 15 dias e passarem os outros 15 "atendendo as bases". "Não acho correto o trabalho somente de terça a quinta, mas sou favorável à racionalização do serviço no Congresso."

**É UMA
PATIFARIA,
AFIRMA
DEPUTADO
ELEITO
PELO
PARANÁ**

depende (*). Os parlamentares que deram essa resposta alegaram que não vão trabalhar necessariamente de segunda a sexta, mas trabalharão sempre que houver convocação ou a situação exigir. Eles pretendem dar atenção às suas bases eleitorais nos Estados.
não respondeu (*). Os parlamentares não entraram no mérito da questão, se consideram justo ou não o recebimento de 15 salários.